

Regis Fernandes de Oliveira

CURSO DE DIREITO FINANCEIRO

10ª edição

Área específica
DIREITO FINANCEIRO.

Áreas afins
DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO
CONSTITUCIONAL, FILOSOFIA, DIREITO
TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL.

Palavras-chave
DIREITO FINANCEIRO.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 3772



O Direito Financeiro adquiriu, de vinte anos a esta data, uma importância crucial no direito brasileiro. A responsabilidade dos governantes passa a ser vital para a aferição da higidez financeira do Estado. O combate à corrupção, o crescimento da dívida pública, as divergências administrativas entre a União, Estados e Municípios, as interferências do Parlamento na execução orçamentária com emendas parlamentares, de bancada e o orçamento secreto, os recursos provindos da exploração do petróleo e de outros minerais, tudo leva a um estudo mais detalhado e profundo das receitas (tributárias ou decorrentes da exploração patrimonial do Estado) e despesas públicas.

Não se pode desconhecer de outro lado o orçamento que já propiciou *impeachment* de presidente e que sofre o controle constante do Tribunal de Contas da União.

Esse quadro dá ideia da relevância do estudo do Direito Financeiro no Brasil. E os desvios de recursos orçamentários por empresas e políticos que tanto prejuízo causam aos direitos mais elementares dos indivíduos e que leva a um distanciamento tão grande entre uma classe de favorecidos e uma imensidão desprotegida.

Compreender isso é o objeto do estudo do Direito Financeiro em todas suas facetas. Entender como isso se passa é compreender o Brasil. É como uma imersão na história brasileira e de todos os países do mundo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

O48c Oliveira, Regis Fernandes de
Curso de Direito Financeiro / Regis Fernandes de Oliveira. - 10. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2025.
1157 p. 17x24cm.

ISBN impresso 978-65-5518-935-3

ISBN digital 978-65-5518-938-4

1. Direito. 2. Direito Financeiro. 3. Direito Administrativo. 4. Direito Constitucional. 5. Filosofia. 6. Direito Tributário. 7. Constitucional. I. Título.

CDD 343.8103

CDU 351.72

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 1157p. ISBN 978-65-5518-935-3.

Regis Fernandes de Oliveira

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre-docente e associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular de Direito Financeiro da USP. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ex-presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Federação Latino-Americana de Magistrados (FLAM). Ex-Deputado Federal por dois mandatos (1995-1996 e 2007-2010) e ex-Vice-Prefeito de São Paulo (1997-2000).

APRESENTAÇÃO DA 10ª EDIÇÃO	33
APRESENTAÇÃO DA 9ª EDIÇÃO	35
1	
ESTADO E DOMINAÇÃO	
1.1 Dominação.....	37
1.2 O Estado.....	38
1.3 O Estado em Spinoza.....	39
1.4 A origem do Estado	40
1.5 Formas de dominação. A dominação simbólica	41
1.6 O Direito como possível instrumento de libertação.....	43
1.7 A estratégia.....	46
1.8 Estado, Direito e dominação.....	47
1.9 <i>Os specula principum</i>	48
1.10 <i>Os arcana imperii</i> . A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	49
1.11 A dominação na ópera.....	51
1.12 A violência instauradora e mantenedora. Dominação. Walter Benjamin e Foucault	51
1.13 Justiça e força em La Fontaine. Derrida, <i>État voyous, rogue State</i>	54
1.13.1 A fábula de La Fontaine (<i>Le Loup et L'Agneau</i>).....	57
1.14 A importância do estudo da mente humana.....	57
1.15 As paixões.....	59
1.15.1 Considerações sobre a importância da dominação no tema analisado.....	63
1.16 Estados fortes e fracos. Exploração. A pobreza. A paixão compensadora.	64
1.17 Poder constituinte	65
1.18 Constituição.....	66
1.19 Noção de Constituição.....	67
1.20 Estado (Democrático) de Direito.....	67
1.21 Interpretação do ordenamento jurídico e a garantia do administrado	69
1.22 Repartição das funções. Liberdades e poder tributário	70
1.23 A regra da subsidiariedade.....	72
1.23.1 Genealogia.....	73
1.23.2 A subsidiariedade no Direito. O Tratado da União Europeia. Pertinência interventiva e o critério da prevalência do interesse.....	75
1.23.3 A regra da subsidiariedade no Direito Brasileiro	76
1.23.3.1 No Legislativo.....	76
1.23.3.2 No âmbito administrativo. Rawls e Amartia Sen. As políticas públicas (noção inicial).....	77
1.23.3.2.1 As denominadas políticas públicas	78
1.23.3.3 No direito econômico.....	78
1.23.3.4 No Judiciário	79
1.23.4 Os limites da ação do Estado.....	80
1.23.5 Quem elabora a Constituição e quem faz as leis?.....	81
1.23.6 Existe o princípio da subsidiariedade? Princípios, regras e valor. Relações e situações jurídicas. Barroso e Alexy	83
1.23.7 O denominado “princípio” da subsidiariedade e a competência administrativa comum.....	86
1.23.8 Considerações finais. A política como liberdade.....	87
1.23.9 Considerações finais sobre a subsidiariedade.....	89
1.24 Sentimentos secretos e causas aparentes. A perspicácia do conhecimento. Necessidade de leitura extrajurídica. O sagrado e a profanação	90
1.24.1 A quebra do sagrado (Direito posto). O Direito dos homens.....	92

FEDERALISMO FISCAL E PACTO FEDERATIVO

2.1	Origem. A Federação Norte-Americana	95
2.2	A Federação Canadense	95
2.3	Confederação	96
2.4	Estado Unitário	96
2.5	Formas de estrutura do Estado Federal	96
2.6	Tipos de Estado Federal	97
2.7	Breve história da Federação Brasileira	97
2.8	Características do Estado Federal	98
2.9	Competências	98
2.10	A federação como cláusula pétrea	99
2.11	A federação e o pacto federativo no Brasil	99
2.12	Hierarquia entre entes federais	100
2.13	O pacto federativo	100
2.14	O federalismo fiscal. A EC nº 132/2023	102
2.15	A guerra fiscal	106
2.16	A inconstitucionalidade da exigência de unanimidade na aplicação federativa de benefícios fiscais	107
2.16.1	O Estado Federal. A regra de desequiparação. O princípio democrático..	108
2.16.2	A Lei Complementar nº 24/1975. O convênio. Ratificação por decreto. Exigência de ato legislativo. O art. 4º	112
2.16.3	A desigualdade garantida. A unanimidade. A Lei Complementar nº 160/2017	114
2.16.4	Psicanálise dos representantes dos Estados	117
2.16.5	O princípio da não cumulatividade a justificar o dispositivo complementar	119
2.16.6	As sanções. O art. 8º. Inconstitucionalidade. Autotutela	119
2.16.7	Conclusões	122
2.17	A “cortesia com chapéu alheio”	123
2.18	Redução de renúncias fiscais. Plano de equilíbrio fiscal (Lei Complementar nº 178/2020) e aplicação da EC nº 109/2021	124
2.19	O Programa de Recuperação Fiscal. Introdução	125
2.19.1	Necessidade de adesão ao Plano	126
2.19.2	Dos contratos de refinanciamento com a União	127
2.19.3	Das alterações do regime de recuperação fiscal (art. 2º da LC nº 159, com redação da 178). Requisitos	127
2.19.4	Da habilitação	128
2.19.5	Supervisão	128
2.19.6	Dos financiamentos	129
2.19.7	Do encerramento do regime de recuperação fiscal	129
2.19.8	Do inadimplemento e respectivas sanções	129
2.19.9	O art. 15 da Lei Complementar nº 178/2020 dispõe sobre medidas de reforma à responsabilidade fiscal	129
2.19.10	Considerações finais	129

FORMAS DE ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

3.1	Intervenção do Estado no domínio econômico. Fundamentos e acepções	131
3.2	Ideologia e intervenção	135
3.3	Meio de dominação	136
3.4	Incentivo da atividade econômica	137
3.5	Administração indireta. Autarquia. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Fundação. Agência. Organizações sociais e franquias	137
3.6	Atuação direta	140
3.7	Exercício do poder de polícia	142
3.8	Documentação jurídica	143
3.9	Atividades instrumentais	143
3.10	Serviços públicos	144
3.11	Planejamento estratégico financeiro da Administração Pública	151
3.11.1	Introdução. Pertinência do tema ao direito financeiro	151

3.11.2	Fases do planejamento. O conhecimento técnico e o conhecimento popular. O mundo globalizado	152
3.11.3	Legalidade	154
3.11.4	Planejamento estratégico. O Estado e a empresa privada. A estratégia	154
3.11.4.1	O que significa a estratégia	155
3.11.5	Etapas do planejamento	156
3.11.6	Participação da cidadania. Massa e sociedade civil	157
3.11.7	As leis orçamentárias	158
3.11.8	O ser humano e a busca pela felicidade	160
3.11.9	Descentralização e desconcentração. Serviços públicos e exercício da atividade econômica	160
3.11.10	Planejamento na prestação de serviços e na atividade econômica. Os mitos do Estado	161
3.11.11	Participação da comunidade em busca de soluções. Mecanismos de controle	163
3.11.12	Os Estados-membros	163
3.11.13	Os Municípios. O Plano Diretor	164
3.11.14	A CEPAL. Plano de metas	164
3.11.14.1	A experiência brasileira	164
3.11.15	O indivíduo	165
3.11.16	O orçamento participativo	166
3.11.17	O Estatuto da Cidade.....	167
3.11.18	Conclusões.....	167

4

AS NECESSIDADES PÚBLICAS E A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

4.1	As necessidades públicas	169
4.2	Interesses privados e coletivos	170
4.3	Conceito amplo de necessidade pública	171
4.4	A atividade financeira do Estado.....	171

5

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FINANCEIRA

5.1	A importância do desenvolvimento histórico para a compreensão do fenômeno financeiro	173
5.2	O tributo na Bíblia	173
5.3	Grécia antiga	174
5.4	O tributo no Império Romano	174
5.5	O Império Macedônico	176
5.6	O governo visigodo.....	176
5.7	Primeiro período da Idade Média.....	176
5.8	A chamada Idade Média Alta.....	176
5.9	A Magna Carta.....	177
5.10	Os mercantilistas	177
5.11	O liberalismo	178
5.12	O <i>Bill of Rights</i>	178
5.13	A Declaração da Virgínia	178
5.14	As modernas democracias	178
5.14.1	O excesso tributário como fonte de guerras e revoltas	179
5.15	A evolução dos tributos no Brasil	180
5.15.1	Período colonial	180
5.15.2	Governo Geral (1548-1763).....	181
5.15.3	Vice-Reinado (1763-1808)	181
5.15.4	A Corte no Brasil (1808-1815)	182
5.15.5	O Reino Unido (1815-1822)	182
5.15.7	Independência. A Carta outorgada.....	183
5.15.8	O Império (1822-1889).....	183
5.15.9	A República	184
5.15.10	O Estado Novo.....	184
5.15.11	Normalização democrática	184

5.15.12	O Regime Militar	185
5.15.13	Retorno à democracia e a Constituição atual. A Emenda Constitucional nº 42/2003.....	185

6

CIÊNCIA DAS FINANÇAS E DIREITO FINANCEIRO

6.1	Ciência das finanças.....	189
6.2	Direito Financeiro.....	191
6.2.1	Conceito	191
6.2.1.1	O que não é Direito Financeiro.....	191
6.2.1.2	Visão de diversos autores.....	192
6.2.1.3	A matéria no Brasil.....	194
6.2.1.4	Conceito analítico de Direito Financeiro.....	195
6.2.2	Autonomia.....	196
6.2.2.1	Linguagem (linguagem e dominação)	196
6.2.2.1.1	Linguagem jurídica e metalinguagem.....	198
6.2.2.2	Identificação constitucional do Direito Financeiro.....	199
6.2.2.3	Necessidades primárias e secundárias.....	199
6.2.2.4	Regime jurídico.....	200
6.2.2.4.1	Princípios (regras) financeiros.....	200
6.2.2.5	Matéria pluridisciplinar.....	201
6.2.3	Fontes	201
6.2.3.1	Fontes supranacionais	201
6.2.3.1.1	Tratados	202
6.2.3.1.1.1	Sanções.....	203
6.2.3.1.1.2	Derrogação	203
6.2.3.2	Fontes nacionais.....	203
6.2.3.2.1	Constituição Federal	203
6.2.3.2.2	Estados-membros no Estado Federal	204
6.2.3.2.3	Lei	205
6.2.3.2.4	Regulamentos.....	206
6.2.3.2.5	Outras fontes	207
6.2.3.2.5.1	Costume	207
6.2.3.2.5.2	Jurisprudência.....	207
6.2.3.2.5.3	Doutrina.....	207
6.2.3.2.5.4	Princípios.....	208
6.2.3.2.5.5	Necessidade.....	208

7

NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO

7.1	Normas gerais de Direito Financeiro.....	209
7.2	Estado Federal.....	210
7.3	Leis federais e nacionais.....	210
7.4	Princípios. Classificação	211
7.4.1	A regra da eficiência no Direito Financeiro	215
7.4.2	A regra da boa-fé objetiva	223
7.4.3	A regra da impessoalidade	224
7.4.4	A regra da segurança jurídica.....	225
7.4.4.1	Conceito	225
7.4.4.1.1	A segurança é um princípio? O que é princípio e como diferenciá-lo da regra?.....	226
7.4.4.1.1.1	Confronto de princípios e regras	226
7.4.4.2	A segurança na mitologia.....	226
7.4.4.3	A segurança decorrente de um pacto. Origem	227
7.4.4.3.1	A segurança decorrente da dominação.....	227
7.4.4.4	A evolução da dominação.....	227
7.4.4.4.1	Os Estados	227
7.4.4.4.2	Os pactos modernos.....	228
7.4.4.4.3	Positivação.....	228
7.4.4.4.4	Valor ou princípio?.....	228

7.4.4.4.1	O princípio da segurança e não o valor. O valor é idealizado. O princípio é positivado ou dedutível.....	228
7.4.4.5	Princípios decorrentes do princípio da segurança jurídica.....	228
7.4.4.5.1	Segurança e garantia.....	229
7.4.4.5.2	Segurança e liberdade.....	229
7.4.4.5.3	Segurança e justiça.....	229
7.4.4.5.4	Segurança jurídica.....	229
7.4.4.5.5	Vedação da surpresa.....	229
7.4.4.5.6	Negócios do Estado.....	230
7.4.4.5.7	A razão de Estado.....	230
7.4.4.6	Previsibilidade da ação do Estado.....	230
7.4.4.6.1	Previsibilidade no Executivo.....	230
7.4.4.6.2	Previsibilidade no Legislativo. Alteração da Constituição.....	230
7.4.4.6.2.1	Alterações legais.....	231
7.4.4.6.3	Previsibilidade no Judiciário.....	231
7.4.4.6.4	Controle sobre os atos do Poder Político.....	231
7.4.4.7	Previsibilidade no sistema econômico.....	232
7.4.4.8	Previsibilidade contratual.....	232
7.4.4.9	Previsibilidade na sociedade de risco.....	232
7.4.4.10	Basta a declaração de direitos?.....	232

8

REGIME CONSTITUCIONAL DO DIREITO FINANCEIRO

8.1	Introdução. Autonomia.....	235
8.2	O Direito Financeiro no quadro da ciência jurídica.....	240

9

ENTRADA E RECEITA

9.1	Entrada e receita.....	243
9.2	A receita pública.....	245
9.3	Classificação das receitas.....	246
9.4	Movimentos de caixa. Depósitos judiciais.....	249
9.4.1	Depósitos judiciais.....	251
9.5	Receitas originárias.....	252
9.6	Doação. A doação de Constantino (que não houve). Fomento.....	253
9.6.1	Doação de presentes e bens a chefe de Poder e altas autoridades.....	256
9.7	Sucessão legítima e testamentária.....	259
9.8	Herança vacante.....	260
9.9	Receitas derivadas.....	260
9.9.1	Do perdimento.....	261
9.9.2	Bens abandonados.....	262
9.9.3	Multas.....	262
9.10	Receitas transferidas (repartição constitucional).....	262
9.11	A Lei Complementar nº 101/2000 e a receita pública.....	265
9.12	Renúncia de receita. Incentivos e benefícios fiscais.....	265
9.12.1	Noções gerais.....	265
9.12.2	Requisitos.....	266
9.12.3	Espécies.....	267
9.12.3.1	Anistia.....	268
9.12.3.2	Isenção.....	268
9.12.3.3	Remissão.....	269
9.12.3.4	Subsídio.....	269
9.12.3.5	Crédito presumido.....	269
9.12.3.6	Alíquota zero.....	269
9.12.3.7	Redução de alíquota.....	270
9.12.3.8	Redução da base de cálculo.....	270
9.12.3.9	Suspensão.....	270
9.12.3.10	Diferimento.....	270
9.12.3.11	Transação.....	270

9.12.4	Incentivos e benefícios previstos na EC nº 109/2021.	271
9.13	Teoria dos preços. Características	272
10		
RECEITAS PÚBLICAS TRIBUTÁRIAS		
10.1	Introdução	279
10.2	Competência tributária. Capacidade	279
10.3	Tributo.....	280
10.4	Tratados e convenções (superioridade hierárquica da norma internacional incorporada).....	282
10.5	O Código Tributário Nacional e seu conteúdo	284
10.6	Regras tributárias	285
10.7	Regras decorrentes do princípio federativo. A regra da unanimidade na concessão de estímulos fiscais	287
10.8	Imunidade	287
10.9	Aspectos da hipótese de incidência	289
10.10	Isenção. Incidência e não incidência. Anistia. Remissão	290
10.11	Fiscalidade. Extrafiscalidade (conceito, políticas públicas, os fatores extrafiscais; a Constituição Federal e a extrafiscalidade; o poder de polícia, incentivos ao meio ambiente, incentivos ou desincentivos urbanos; política fiscal; não basta arrecadar, mudança cultural) e parafiscalidade.....	292
10.11.1	A extrafiscalidade.....	292
10.11.2	As políticas públicas	293
10.11.3	Os fatores extrafiscais	295
10.11.4	A Constituição Federal e a extrafiscalidade	296
10.11.4.1	Incentivos ao meio ambiente	298
10.11.4.2	Incentivos ou desincentivos urbanos	299
10.11.4.3	A política fiscal	299
10.11.5	Não basta arrecadar. Mudança cultural.....	300
10.11.6	Conclusão	301
10.12	Lançamento. Decadência e prescrição.....	302
10.13	Espécies tributárias	303
10.14	Imposto. Classificação	303
10.15	Taxas	304
10.15.1	Taxa de iluminação. Contribuição instituída pelos Municípios	306
10.16	Taxa e preço. Tarifa.....	306
10.17	Contribuição de melhoria	307
10.18	Empréstimo compulsório.....	308
10.19	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas	309
10.20	O tributo no direito comparado	311
10.20.1	Substancial diferença com o sistema brasileiro.....	313
10.20.2	Evolução das normas no Brasil	314
10.20.3	Reforma tributária – 10.20.3 a 10.20.79.....	316
10.20.4	Art. 1º da EC nº 132/2023. Sustentabilidade ambiental – arts. 43 e 225	317
10.20.5	Convocação do Presidente do Comitê Gestor.....	318
10.20.6	Competência do STJ	318
10.20.7	Princípios.....	318
10.20.8	Ato cooperativo.....	318
10.20.9	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	318
10.20.10	Contribuição sobre iluminação pública	319
10.20.11	Regras tributárias	319
10.20.12	Produto de arrecadação. Operações estatais com alíquotas zero.....	319
10.20.13	Imunidade de templos religiosos. Crítica	319
10.20.14	Serviço postal	319
10.20.15	Arts. 3º e 4º da EC nº 132/2023 no texto permanente da Constituição. Arts. 3º e 4º da Emenda Constitucional nº 132/2023. Administração tributária e direitos dos servidores	320
10.20.16	Restrição a benefícios fiscais	320
10.20.17	Tributo sobre seguro	320

10.20.18	Não cumulatividade	320
10.20.19	Distribuição obrigatória por parte dos Estados	320
10.20.20	Incidência sobre faturamento. Não cumulatividade e regime de devolução para redução das desigualdades.....	320
10.20.21	Proteção ao meio ambiente	321
10.20.22	Novo tributo. Bens e serviços prejudiciais à saúde ou meio ambiente	321
10.20.23	Tributo sobre veículos automotores	321
10.20.24	Tributo municipal. IPTU	321
10.20.25	Financiamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Art. 239.....	322
10.20.26	Regra da educação.....	322
10.20.27	O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	322
10.20.28	Normas alteradas no corpo da Constituição. Inovações	322
10.20.29	O IVA dual.....	322
10.20.30	O que ocorrerá? O IVA	323
10.20.31	Valor agregado.....	323
10.20.32	Tributo estadual sobre doações e sucessões (transmissão de bens).....	323
10.20.33	Princípios.....	323
10.20.34	Taxas e contribuição de melhoria.....	323
10.20.35	Imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Art. 156-A. O IBS. Recolhimento no destino. Lei complementar integrativa. Regimes especiais	324
10.20.36	Regimes especiais	325
10.20.37	Art. 156-B. Comitê Gestor do IBS (art. 156-B). Os conflitos federativos.....	326
10.20.38	Receita Municipal. Partilha	327
10.20.39	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Meio ambiente.....	328
10.20.40	Vinculação de receita para pagamento de débitos com a União (art. 167)	328
10.20.41	Art. 177, parágrafo 4º, inciso II, letra “d”. CIDE.	329
10.20.42	Seguridade social. Art. 195.....	329
10.20.43	A CBS federal. <i>Cashback</i>	329
10.20.44	Tributo sobre seguridade social	329
10.20.45	Regimes específicos de tributação	329
10.20.46	Imposto seletivo.....	330
10.20.47	Imposto estadual e distrital sobre bens móveis, títulos e créditos.....	330
10.20.48	Repartição de outras receitas. Veículos, transporte e renda.....	330
10.20.49	Vinculação para pagamentos de débitos com a União	331
10.20.50	Art. 2º da Emenda Constitucional nº 132/2023. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT	331
10.20.51	Desvinculação de receitas – DRU.....	331
10.20.52	Zona Franca de Manaus	331
10.20.53	Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá	332
10.20.54	Pagamento de precatórios.....	332
10.20.55	Fundo de combate à pobreza. Art. 82 do ADCT	332
10.20.56	Leis complementares supervenientes.....	332
10.20.57	Período de transição.....	332
10.20.58	Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros Fiscais	333
10.20.59	O art. 6º da Emenda Constitucional nº 132/2023.....	333
10.20.60	Art. 7º da Emenda Constitucional nº 132/2023. Compensação financeira .	334
10.20.61	Art. 8º da Emenda Constitucional nº 132/2023. Alíquotas reduzidas. Cesta básica. Alíquota zero	334
10.20.62	Art. 9º do ADCT. Regime diferenciado (Alíquotas reduzidas). <i>Cashback</i> ..	334
10.20.63	Art. 10 da EC nº 132/2023. Serviços financeiros	336
10.20.64	Art. 11 da EC nº 132/2023. Contribuições sobre receita	336
10.20.65	Art. 12 da EC nº 132/2023. Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais.....	336
10.20.66	Art. 13 da EC nº 132/2023	337
10.20.67	Art. 14 da EC nº 132/2023. Ônus da União com o Comitê Gestor	337
10.20.68	Art. 15 da EC nº 132/2023. Compensações.....	337
10.20.69	Art. 16 da EC nº 132/2023. Incidência do imposto causa mortis e doação .	337

10.20.70	Art. 17 da EC nº 132/2023	337
10.20.71	Art. 18 da EC nº 132/2023. Prazos impostos ao Executivo para encaminhamento de projetos de lei	337
10.20.72	Art. 19 da EC nº 132/2023. Crédito presumido. Veículos automotores	338
10.20.73	Art. 20 da EC nº 132/2023. Forma de cobrança do PASEP	338
10.20.74	Art. 21 da EC nº 132/2023	338
10.20.75	Arts. 22 e 23 da EC nº 132/2023	338
10.20.76	Algumas considerações finais	338
10.20.77	O Comitê Gestor do IBS. Introdução	339
10.20.78	Estrutura do Comitê Gestor	342
10.20.79	Lei Complementar nº 214/2025	342

11

TEORIA DOS PREÇOS

11.1	Linhas iniciais sobre preço	343
11.2	Limites de seu valor	347
11.3	Relação entre taxa e preço	349
11.3.1	Babel de enfoques	352
11.4	Possibilidade de opção do legislador. Poder, dever, direito, obrigação	355

12

RECEITAS PÚBLICAS NÃO TRIBUTÁRIAS

12.1	O patrimônio da União	359
12.1.1	Direito de propriedade. Concessões florestais	363
12.1.2	Patrimônio mobiliário	365
12.1.3	Privatização	367
12.2	Uso de bem público. A chamada "Zona Azul"	369
12.3	Receitas decorrentes de obras públicas	371
12.3.1	Pedágio	373
12.4	O suposto contrato de transporte público	376
12.5	Serviço de fornecimento de água e esgoto	382
12.6	Anuidades escolares	384
12.6.1	Escolas particulares	386
12.7	Custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais	387
12.8	Prescrição aquisitiva. Extensão. Invenção	388
12.9	Receitas comerciais e industriais. Fazenda. Loteria (serviço público?)	389
12.10	Transporte aéreo, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária	392
12.10.1	Serviços e instalações nucleares	394
12.11	O serviço postal e a taxa (selo)	395
12.12	Serviço de radiodifusão sonora, sons e imagens e demais serviços de telecomunicações	395
12.13	Serviços de telefonia e telegrafia. Energia elétrica	396
12.14	Concessões florestais	396
12.15	Instrumentos processuais de defesa do administrado	397
12.16	Conclusões	398

13

RECEITAS PROVENIENTES DE MINERAIS E ENERGIA ELÉTRICA

13.1	Competência	401
13.2	Patrimônio público. Bens públicos	401
13.3	Águas públicas. Energia elétrica. Partilha em sua exploração	403
13.4	Isenção de partilha	404
13.5	Partilha da produção mineral. Petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos. Contrato de concessão	404
13.6	Partilha dos recursos minerais. Base de cálculo. Decadência e prescrição dos créditos de receita patrimonial	408
13.7	Forma de pagamento. Receita bruta ou líquida. Sanções	409
13.8	Natureza jurídica da partilha de receitas. Compensação	409
13.9	Participação ou compensação?	413
13.10	Participação de órgãos da Administração direta da União	414

13.11	O problema dos Estados e Municípios.....	415
13.12	O pré-sal.....	417
13.12.1	Introdução	417
13.12.2	O marco regulatório anterior e o atual.....	418
13.12.3	O regime de concessão	420
13.12.4	O marco regulatório atual e o novo sistema de partilha. A partilha como opção, e não como obrigação. Preferência. Lei nº 13.365, de 29.11.2016.....	420
13.12.5	A ANP e o Ministério de Minas e Energia.....	422
13.12.6	A Petrobras S/A	423
13.12.6.1	Discussão sobre a inconstitucionalidade das prerrogativas da Petrobras .	423
13.12.7	A Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S/A – Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA).....	424
13.12.8	O Fundo Soberano (extinto) e o Fundo Social do Brasil.....	425
13.12.9	Os <i>royalties</i> e bônus de assinatura	426
13.12.10	Conclusão	429

14

A CORRUPÇÃO COMO DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS (A AGRESSÃO AOS DIREITOS HUMANOS)

14.1	Introdução. Conceito.....	431
14.2	Psicologia do brasileiro.....	432
14.3	Democracia e corrupção	433
14.4	Formas de prejuízos	433
14.5	Convenção da OCDE, a Convenção Interamericana e a Lei nº 10.467, de 11.6.2002.....	434
14.6	Comportamentos corruptos. O agente público (sujeito ativo da infração administrativa e do crime)	436
14.7	Propina. Conceito. Obrigação natural. A improbidade como corrupção ..	437
14.8	A corrupção no Legislativo e no Judiciário	437
14.9	A corrupção como crime	438
14.10	O desvio de recursos no Brasil	439
14.11	A corrupção como agressora dos direitos humanos	440
14.12	A corrupção como fator de desenvolvimento social.....	441
14.13	As multinacionais e a corrupção	443
14.14	O primeiro criminoso moral	444
14.15	Corrupção. Desenvolvimento.....	446
14.16	A corrupção na literatura. Shakespeare. Sófocles, Gogol e Machado de Assis.....	450
14.16.1	O dinheiro em Shakespeare	450
14.16.2	O teatro elisabetano como empresa	450
14.16.3	Contratos	450
14.16.4	Corrupção, empresas e empresários.....	451
14.16.5	O cenário político shakespeariano de privilégios.....	451
14.16.6	Diferença entre ricos e pobres. Corrupção e as políticas públicas	451
14.17	Medidas de combate à corrupção	453
14.18	Receitas provindas de acordo de leniência.....	453
14.18.1	Origem	453
14.18.2	Legislação brasileira.....	454
14.18.3	Requisitos	454
14.18.4	Procedimento	454
14.18.5	O acordo de leniência	455
14.18.6	As multas. O <i>compliance</i> – Seu aspecto jurídico.....	456
14.18.7	A pena pecuniária de caráter penal e a decorrente de infração administrativa	463
14.18.8	A multa como receita financeira	463
14.19	Conclusões sobre a corrupção	466

DESPESA PÚBLICA

15.1	Conceito de despesas públicas	469
15.2	Decisão política.....	470
15.3	Requisitos para a despesa. Vinculação constitucional.....	470
15.4	Classificação das despesas	471
15.5	Geração das despesas públicas à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal ..	472
15.6	Despesa obrigatória de carácter continuado.....	473
15.7	Despesas com pessoal.....	473
15.8	Do controle da despesa total com pessoal.....	474
15.9	Despesas com seguridade social.....	475
15.10	Democratização do gasto público.....	475
15.10.1	Constitucionalismo. Direitos negativos e positivos	475
15.10.1.1	Direitos negativos e positivos.....	476
15.10.2	As políticas públicas	477
15.10.3	O orçamento e felicidade.....	480
15.10.3.1	Orçamento e felicidade. Fato social. Futebol e samba	480
15.10.3.2	A bancada parlamentar, confrontos e seus gastos.....	481
15.10.3.3	Recursos vinculados.....	483
15.10.3.4	Tony Judt e ricos e pobres.....	484
15.10.3.5	Os direitos sociais e o gasto	485
15.10.3.6	A pobreza e o gasto público.....	485
15.10.3.6.1	A pobreza como problema jurídico	485
15.10.3.6.2	Espécies: individual, coletiva e social.....	486
15.10.3.6.2.1	Pobreza individual.....	486
15.10.3.6.2.2	Pobreza coletiva.....	487
15.10.3.6.2.3	Pobreza social.....	488
15.10.3.6.2.4	Capacidade contributiva tributária e receptiva financeira. Políticas públicas e destinatários	488
15.10.3.6.2.5	O fundo de erradicação da pobreza. A linha de pobreza.....	491
15.10.3.6.2.6	O diálogo necessário	492
15.10.3.6.2.7	A opinião pública (Habermas) e as paixões (Hirschman). A linguagem em Bakhtin.....	492
15.10.3.6.2.8	As rebeliões	493
15.10.4	O gasto constitucional, o legal e o político. Reserva do possível.	494
15.10.5	Mecanismos e instrumentos de controle.....	497
15.10.6	O direito de exigir o cumprimento do dever constitucional.....	499
15.10.7	Regras jurídicas tributárias das receitas e regras financeiras dos gastos...	501
15.10.8	Ainda as regras e a justa distribuição dos recursos. A regra da proporcionalidade. O princípio da legalidade. A regra da anualidade. O princípio da isonomia. A regra da capacidade receptiva. A regra da eficiência	502
15.10.9	Distribuição racional de recursos.....	507
15.10.10	Crises.....	508
15.10.11	A extrafiscalidade como solução ou problema?	509
15.10.12	O gasto com os valores constitucionais. O meio ambiente. A educação (Fundeb) – EC nº 108/2020	510
15.10.13	O mau uso das receitas públicas	511
15.11	Contingenciamento de despesas.....	512
15.11.1	Localização do problema. Conceito.....	512
15.11.2	Requisitos. O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal	513
15.11.3	Legalidade de sua adoção frente à não realização das receitas.....	514
15.11.4	A falsa previsão de receitas.....	514
15.11.5	Momento apropriado para o procedimento.....	514
15.11.6	Contingenciamento das receitas transferidas obrigatórias	515
15.11.7	Cancelamento de empenhos.....	515
15.11.8	Pressuposto	516
15.12	Novas perspectivas sobre o gasto público. Visão filosófica e sociológica..	516
15.12.1	Introdução. O gasto formal.....	516
15.12.2	O aumento constante das despesas. Novas necessidades.....	517

15.12.3	Alteração de perspectiva. O objetivo do estudo. O cotidiano.....	521
15.12.4	A despesa como investimentos para eliminação da pobreza e a ignorância do ser humano. Amartya Sen. Observação de Comte- Sponville	523
15.12.5	A genealogia do gasto. A segurança.....	524
15.12.6	O pacto social e o gasto com segurança. Hobbes e Locke	526
15.12.7	Freud e o instinto desejante	528
15.12.8	A culpa freudiana a ensejar a despesa pública	529
15.12.9	A busca da felicidade como fundamento para a despesa	530
15.12.10	A biopolítica de Foucault	531
15.12.11	O ser humano instintivo. As drogas.....	534
15.12.12	A civilização como repressora dos desejos. Uma pitada de Spinoza	535
15.12.13	Alegria e tristeza. A existência sartreana	537
15.12.14	Sentimentos que envolvem situações que levam ao gasto	538
15.12.15	Quem define prioridades? O Estado, pessoa física ou jurídica? Quem está hipostasiado no Estado? O mito platônico de Giges.....	539
15.12.16	Maquiavel e o gasto público	541
15.12.17	O caráter sacro que impulsiona a decisão.....	542
15.12.18	O espaço público como aferição da decisão. O Íon de Eurípides e opinião pública em Habermas.....	544
15.12.19	A decisão formada à luz do marxismo.....	548
15.12.20	A mentira da proibição de despesas com as religiões	549
15.12.21	A linguagem como protagonista da despesa. Relativização do princípio da igualdade.....	550
15.12.22	O direito financeiro e o outro. As indagações filosóficas iniciais.....	551
15.12.23	O pensamento cristão	552
15.12.24	O pensamento racional.....	552
15.12.25	O pensamento psicanalítico e o “eu”	553
15.12.26	O aparecimento do “nós”	554
15.12.27	Os conflitos do “nós”	555
15.12.28	O “outro” e a sociedade.....	558
15.12.29	O “outro” e o Direito.....	559
15.12.30	O preconceito e o outro. O homossexual	560
15.12.31	A despesa à luz do reconhecimento do outro. O orçamento participativo	560
15.12.32	Os bastidores. Mulheres (homens). Amantes. Filhos e parentes.....	561
15.12.33	A despesa pública na compra de órgãos humanos	562
15.13	Covid e suas consequências financeiras.....	565
15.13.1	Quadro social dramático (exercício de 2020).....	565
15.13.2	Alguns impactos.....	567
15.13.3	Diante disso, o que fazer?.....	568
15.13.4	O objetivo do Estado é manter a vida	568
15.13.5	Como fica o Direito Financeiro em face de tais questões?	569
15.13.6	Combate à pobreza versus rigor fiscal	571
15.13.7	Confronto entre poderes	572
15.13.8	Situação de perplexidade	572
15.13.9	Soluções à vista.....	573
15.14	Relação entre receitas e despesas públicas. Providências adotadas pela EC nº 109/2021 e pelo art. 167-A. Gatilhos.....	574
15.15	EC nº 126/2022 – Arcabouço fiscal. LC nº 200/2023	575
15.15.1	O que é o arcabouço fiscal?.....	575
15.15.2	Ajuste pela receita ou pela despesa?	576
15.15.3	Racionalização da compreensão financeira. Busca de teto flexível. A determinação da EC nº 126/2022. Breve análise de seu conteúdo.....	576
15.15.4	A Lei Complementar nº 200/2023. Regime fiscal sustentável	576
15.15.5	Origem do endividamento e busca de soluções. O novo teto	577
15.15.6	Algumas ponderações	579

16

FUNDOS PÚBLICOS FINANCEIROS

16.1	Conceito. Tipos. Fundo garantidor. Criação	581
16.2	Os fundos à luz da Lei nº 4.320/1964 (fundos de participação).....	582

16.3	Fundos de participação	583
16.4	Fundos de destinação	587
16.4.1	Os fundos ambientais	589
16.4.2	O Fundo de Investimento Imobiliário	590
16.5	Têm os fundos personalidade jurídica? Finalidade dos fundos	591
16.6	São os fundos dotados de personalidade judiciária?	591
16.7	Fiscalização.....	593
16.8	Retenção de recursos.....	594
16.9	Autopagamento mediante vinculação de recursos. Defesa judicial	595

17

ORÇAMENTO: BREVE HISTÓRIA. ESPÉCIES. CONTROLE SOCIAL E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

17.1	A origem do orçamento na evolução histórica. A palavra “orçamento” ...	599
17.2	Genealogia do orçamento	601
17.2.1	Inglaterra	601
17.2.2	Estados Unidos da América.....	603
17.2.3	Prússia.....	604
17.2.4	França.....	604
17.2.5	União Europeia.....	606
17.2.6	O orçamento no Brasil	607
17.3	Aspectos do orçamento	609
17.4	Espécies de orçamento.....	611
17.5	Controle social do orçamento.....	612
17.6	Ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Orçamentária.....	618
17.7	Orçamento e reserva do possível	619

18

O ORÇAMENTO

18.1	Conceito	623
18.2	Evolução do conceito de orçamento	624
18.3	Controvérsias sobre a natureza jurídica do orçamento	628
18.4	Concepção moderna de orçamento	629
18.4.1	Novas discussões sobre a natureza jurídica. Revendo as discussões antigas e tentando um novo posicionamento	632
18.4.2	O orçamento impositivo (Emendas Constitucionais nºs 86/2015 e 100/2019 – Emendas individuais e de bancada – EC nº 105/2019 – Transferência obrigatória a entes federados) – As emendas do relator.....	638
18.4.2.1	Introdução	638
18.4.2.2	Limites ao exercício da discricionariedade do Poder Executivo	642
18.4.2.3	As emendas parlamentares individuais e de bancada e seus limites (EC nº 86/2015 e 100/2019)	643
18.4.2.4	Implicações de ordem política da obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares individuais e de bancada	645
18.4.2.5	A mudança na regra de despesa mínima em ações e serviços públicos de saúde	646
18.4.2.6	Conclusões.....	647
18.5	Noção moderna de gasto público dentro do orçamento	647
18.6	As regras administrativas e o art. 37 da CF	652
18.7	Sistema de controle externo do orçamento.....	654
18.8	Regras orçamentárias.....	657
18.8.1	Regra da universalidade.....	658
18.8.2	Regra da anualidade	658
18.8.3	Regra da exclusividade.....	658
18.8.4	Regra da unidade	659
18.8.5	Regra da não afetação	659
18.9	As leis orçamentárias	660
18.9.1	O Plano Plurianual	660
18.9.2	A Lei de Diretrizes Orçamentárias. As metas financeiras. Alteração da EC nº 109/2021.....	662
18.9.2.1	As metas financeiras	667

18.9.3	O orçamento anual (fiscal, de investimento e da seguridade social). A Emenda Constitucional nº 102, de 26.09.2019	669
18.9.4	A lei complementar financeira	672
18.10	A tramitação legislativa	673
18.10.1	Iniciativa. Pode um órgão de poder interferir em outro?.....	673
18.10.2	Mensagem aditiva	675
18.10.3	Comissão Mista.....	676
18.10.4	Emendas.....	676
18.11	A não devolução do projeto no prazo ou sua rejeição total ou parcial	677
18.12	Vedações orçamentárias. EC nº 109/2021	680
18.13	Recursos dos três Poderes	683
18.14	Despesa com pessoal.....	683
18.15	O orçamento e o tributo nele não previsto	684
18.16	O direito ao auxílio ou subvenção	685
18.17	Relatório.....	685
18.18	Norma constitucional transitória	685
18.19	Desvinculação de Receita da União. A liberdade outorgada, por lei, ao chefe do Executivo	685
18.19.1	Emenda Constitucional nº 93/2016 – DRU. A EC nº 132/2023	685
18.20	O orçamento participativo	687
18.20.1	Orçamento participativo, espaço público, democracia e dominação	689
18.20.1.1	Espaço público	689
18.20.1.2	Só o Parlamento representa os anseios da população?.....	690
18.20.1.3	O que é espaço público? A esfera discursiva.....	690
18.20.1.4	O credenciamento social de quem fala.....	691
18.20.1.5	A parrésia de Foucault.....	693
18.20.1.6	Análise de Íon, de Eurípedes, e dos discursos de Péricles aos atenienses.	693
18.20.1.7	A dominação	695
18.20.1.8	Como buscar o sentimento real da população nos debates no orçamento participativo	696
18.21	Problemas e divergências doutrinárias a respeito do orçamento	696
18.21.1	Orçamento de competência e de caixa e os resíduos passivos	696
18.21.2	Cobrança de tributos não previstos na Lei Orçamentária Anual.....	697
18.21.3	Alteração da Lei Orçamentária no curso do exercício	697
18.21.4	Iniciativa popular	698
18.21.5	Orçamento base zero.....	698
18.21.6	Orçamento funcional. <i>Planning-Programming Budgeting System/PPBS</i>	699
18.21.7	Orçamento de resultado	699
18.21.7.1	Compatibilidade entre o atual orçamento e o de resultado.....	701
18.21.7.2	Plano Plurianual e análise de desempenho. Exigências para implementação.....	701
18.21.7.3	Há necessidade de alterar a estrutura do atual orçamento para implantar o de resultado?	703
18.21.7.4	Análise e conjecturas sobre o orçamento de programa. Flexibilidade e dispêndios	704
18.21.7.5	Sanções.....	705
18.21.7.6	Conclusão	705
18.22	Orçamento de Guerra (EC nº 106/2020)	706
18.23	A inconstitucionalidade das emendas parlamentares, de bancada e do relator	710
18.23.1	O orçamento.....	710
18.23.2	Obrigatoriedade de seu cumprimento. Orçamento impositivo. O parágrafo 10 do art. 166 da CF.....	711
18.23.3	Destinação dos recursos	712
18.23.4	A luta pela dominação. O conflito agônico	713
18.23.5	A Emenda Constitucional nº 86/2016	715
18.23.6	A Emenda Constitucional nº 100/2019	716
18.23.7	O problema da proibição do retrocesso	718
18.23.8	Da transferência de recursos diretamente a outros entes federativos. A Emenda Constitucional nº 105/2019. A repactuação federativa. A EC nº 112/2021.....	719

18.23.9	Inconstitucionalidade das emendas nºs 86/2016 e 100/2019 e das emendas secretas. A quebra da isonomia. A agressão à invasão da intimidade administrativa. Reserva administrativa.....	721
18.23.10	Emenda Constitucional nº 123, de 14.07.2022	722
18.23.11	A EC nº 126, de 2022. As emendas de relator. Lei Complementar nº 110/2024.....	724
18.23.12	Conclusões.....	725
19		
A LEI Nº 4.320, DE 17.3.1964 (LEI GERAL DE ORÇAMENTO)		
19.1	Considerações gerais.....	727
19.2	Receita	727
19.3	Realização da receita.....	728
19.4	Despesa	728
19.4.1	Despesas sigilosas	729
19.5	Realização da despesa	732
19.6	Requisitos formais da proposta orçamentária	733
19.7	Exercício financeiro	734
19.8	Dívida ativa. Conceito. Crédito tributário e não tributário. Inscrição. Presunção de liquidez e certeza	734
19.8.1	Crédito proveniente de decisão do Tribunal de Contas	735
19.8.2	Administração indireta.....	736
19.8.3	Terceirização do crédito público proveniente de dívida ativa. Cessão de créditos tributários (Lei Complementar nº 208, de 2024)	736
19.9	Créditos. Inadmissibilidade do uso de medida provisória para edição de crédito extraordinário.....	741
19.10	Controle e execução orçamentária	742
19.11	Prestação de contas	744
20		
A SUBVENÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO		
20.1	Subvenção. Precisão terminológica	745
20.2	As subvenções na lei. Subvenções sociais e econômicas	747
20.3	Vedação constitucional de subvenção	750
20.4	Direito à subvenção.....	750
20.5	Não liberada a subvenção dotada, cabe responsabilidade do Estado?	751
20.6	Há prazo para aplicação das subvenções recebidas? Destinação a fim diverso.....	751
20.7	Ética na concessão de subvenções. A CPI do Orçamento. Fiscalização.....	753
20.8	Breve análise da Lei nº 14.789/2023.....	754
21		
FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA		
21.1	Fiscalização financeira e orçamentária.....	755
21.2	Tipos de controle	757
21.2.1	Controle interno.....	757
21.2.2	Controle externo	759
21.3	O teto para as despesas públicas. Novo regime fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016). Alterações da EC nº 109/2021. A excepcionalidade do exercício financeiro de 2021	759
22		
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
22.1	Generalidades	763
22.1.1	Os arts. 163 e 169 da CF	763
22.1.2	Vigência.....	766
22.1.3	Conflito regimental na aprovação do texto	767
22.1.4	Objetivos	767
22.1.5	Lei nacional e não federal. A Federação Brasileira e as normas gerais de Direito Financeiro.....	768
22.1.6	Terminologia	771

22.2	A Lei de Diretrizes Orçamentárias	773
22.3	A Lei Orçamentária Anual. Pode o Judiciário determinar a realização de obras ou serviços? O confronto entre os direitos básicos e a interferência do Judiciário nas políticas públicas	779
22.3.1	Prazos de encaminhamento dos Projetos de Leis Orçamentárias.....	782
22.3.2	Requisitos	782
22.4	Execução orçamentária e cumprimento de metas. Intervenção do FMI	784
22.5	Da receita pública.....	788
22.5.1	Previsão e arrecadação	788
22.5.2	Renúncia de receita	792
22.6	Da despesa pública.....	797
22.6.1	Geração da despesa.....	797
22.6.2	Despesa obrigatória de caráter continuado.....	799
22.6.3	Despesa com pessoal.....	800
22.6.4	Do controle da despesa total com pessoal. Alterações das Leis Complementares nºs 164/18, de dezembro de 2018, e 173, de 27 de maio de 2020.....	808
22.6.5	Despesas com seguridade social	815
22.7	Das transferências voluntárias.....	816
22.8	Da destinação de recursos públicos para o setor privado	818
22.9	Da dívida e do endividamento. Definições. As “pedaladas” fiscais.....	820
22.9.1	Dos limites da dívida pública e das operações de crédito	823
22.9.2	Da recondução da dívida aos limites	824
22.10	Das operações de crédito. A regra de ouro das finanças.....	825
22.10.1	Da contratação. Venda de recebíveis é operação de crédito?.....	825
22.10.2	Das vedações a operações	829
22.10.3	Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	832
22.10.4	Operações com o Banco Central. Cessão de créditos tributários ou não (secutirização)	834
22.10.5	Garantia e contragarantia. A exceção dos precatórios	835
22.10.6	Restos a Pagar	838
22.11	Da gestão patrimonial.....	843
22.11.1	Das disponibilidades de caixa	843
22.11.2	Da preservação do patrimônio público.....	843
22.11.3	Das empresas controladas pelo setor público	845
22.12	Gestão fiscal. Da transparência, controle e fiscalização	846
22.12.1	Da transparência.....	846
22.12.2	Da escrituração e da consolidação das contas.....	849
22.12.3	Do relatório resumido da execução orçamentária.....	851
22.12.4	Do Relatório da Gestão Fiscal.....	852
22.12.5	Das prestações de contas	853
22.12.6	Da fiscalização da gestão fiscal. O papel dos Tribunais de Contas.....	854
22.13	Disposições finais e transitórias da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	855
22.13.1	Aplicação a Estados e Municípios. Estado de calamidade pública. Alteração pela EC nº 109/2021	855
22.13.2	Estado de calamidade pública. A Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, e a EC nº 109/2021. Flexibilização das regras	857
22.13.3	Estado de defesa e de sítio	860
22.13.4	Baixo crescimento do PIB.....	860
22.13.5	Fundo Geral da Previdência Social. Regimes próprios de entes federados	861
22.13.6	Sanções civis, administrativas, políticas e penais	861

23

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

23.1	A Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993 revogada pela Lei nº 14.133/2021)..	867
23.2	Licitação. Procedimento	867
23.2.1	O procedimento como princípio	868
23.2.2	O chamamento.....	868
23.2.3	O sigilo e a moeda na licitação. O procedimento	869

23.3	A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos contratos administrativos	869
23.3.1	O orçamento e sua influência nos contratos.....	872
23.3.2	O contingenciamento.....	872
23.4	Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas licitações e contratos administrativos.....	873
23.4.1	A fase interna do procedimento licitatório. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal no procedimento da licitação	873
23.5	Moderna visão dos contratos. Contratos modernos	877
23.6	<i>Blockchain</i> e moedas virtuais	878

24

A RESPONSABILIDADE FISCAL E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

24.1	Introdução	881
24.2	Antecedentes e dúvidas.....	882
24.3	Tipos.....	883
24.4	Restrições orçamentárias	883
24.5	Vinculação de impostos para pagamento das obrigações decorrentes da parceria. Outros tributos e as receitas não tributárias	884
24.6	Exigências em relação à União	884
24.7	Limites do endividamento	885
24.8	Receita corrente líquida.....	885
24.9	Contraprestação da Administração Pública	885
24.10	Limites fiscais. Responsabilidade do ordenador. Previsão de fluxo de despesas	886
24.11	Empenho.....	887
24.12	Fundo Garantidor.....	887
24.13	Estados e Municípios	887
24.14	O art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de parcerias público-privadas.....	888

25

TRIBUNAL DE CONTAS

25.1	Tribunal de Contas. Histórico	889
25.2	Organização	891
25.3	Sistemas de controle. O papel da Câmara de Vereadores na apreciação das contas	891
25.4	O Tribunal de Contas como fiscal da biopolítica. Os órgãos internos de controle. Tolerância zero	893
25.5	A atenção sobre o gasto mínimo. A legitimidade e a economicidade	895
25.6	Função “jurisdicional” do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas da União tem força jurisdicional em relação aos demais?.....	896
25.7	Requisitos para provimento do cargo de ministro do TCU.....	898
25.7.1	Equivalência de impedimentos e vantagens com os ministros do STJ.....	899
25.8	Competência. Parecer prévio.....	899
25.9	Sigilo bancário.....	907
25.10	O Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios	908

26

PRECATÓRIO

26.1	Relevância do tema e previsão constitucional	911
26.2	Precatório: conceito, características, cabimento.....	917
26.3	Atribuições e responsabilidade do presidente do tribunal	918
26.4	Créditos constituídos por sentença judicial.....	919
26.4.1	Créditos alimentícios	919
26.4.2	Créditos não alimentícios.....	920
26.4.3	Crédito de pequeno valor. Critérios para aferição	920
26.4.4	Ordem dual de pagamento.....	921
26.5	Atualização monetária	921
26.6	Sequestro de verbas públicas.....	923
26.7	Formas indiretas de extinção do precatório	924

26.7.1	Compensação	924
26.7.2	Da compra de imóveis	925
26.7.3	Cessão do crédito.....	925
26.8	Demais considerações sobre o regime dos precatórios após Emenda Constitucional nº 62/2009 e na vigência da Emenda Constitucional nº 94/2016.....	926
26.8.1	Limite de vinculação orçamentária.....	926
26.8.2	Assunção de débitos pela União	926
26.9	Precatório: emendas impregnadas de inconstitucionalidades	926
26.9.1	Casos precedentes: art. 33 do ADCT e art. 78 do mesmo texto, inserido pela Emenda Constitucional nº 30/2000, e a Emenda Constitucional nº 37/2002.....	926
26.9.1.1	Introdução	926
26.9.1.2	A Emenda Constitucional nº 30/2000, os arts. 33 e 78 do ADCT. Hipóteses diversas. Constituinte originário e derivado	929
26.9.1.3	Do abuso do Poder Legislativo	934
26.9.1.4	A inconstitucional moratória de 2000.....	937
26.9.1.5	Da violação do direito adquirido e da coisa julgada.....	938
26.9.1.6	Análise da Emenda Constitucional nº 30/2000: por razões históricas	941
26.9.1.7	O pagamento de condenações de pequeno valor	943
26.9.1.8	Os precatórios alimentícios.....	944
26.9.1.9	Os precatórios não alimentares	947
26.9.1.10	Da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas consequências administrativas, civis, políticas e criminais	948
26.9.1.11	Do sequestro introduzido pela Emenda Constitucional nº 30/2000.....	950
26.9.2	Da intervenção federal nos Estados e destes nos Municípios.....	954
26.9.3	A Emenda Constitucional nº 37, de 12.6.2002	956
26.10	A repetição do atavismo: a inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT	958
26.10.1	As contas especiais	959
26.10.2	O pagamento dos precatórios.....	960
26.10.3	O leilão	960
26.10.4	Sequestro.....	961
26.10.5	Compensação com tributos devidos.....	962
26.10.6	Responsabilidade do chefe do Poder Executivo.....	962
26.10.7	Retenção de repasses constitucionais	963
26.10.8	Litisconsórcio de credores.....	964
26.10.9	Duração do regime especial.....	964
26.10.10	Começo e fim do regime especial.....	965
26.10.11	As Emendas Constitucionais nºs 94/2016 e 99/2017 e 109/2021	965
26.10.12	O C.N.J. e as regras para pagamento.....	970
26.11	As Emendas Constitucionais nºs 113 e 114 de 2021.....	970
26.11.1	Análise da Emenda Constitucional nº 113/2021.....	972
26.11.2	Análise da Emenda Constitucional nº 114/2021.....	976

27

EMPRÉSTIMO PÚBLICO

27.1	Introdução	983
27.2	Natureza jurídica do empréstimo público.....	983
27.2.1	Ato de soberania	984
27.2.1.1	A tese de Drago	984
27.2.2	Tese contratualista.....	985
27.3	Classificação de créditos e seus instrumentos.....	987
27.3.1	Venda antecipada de título no Tesouro Direto	990
27.4	O empréstimo patriótico	991
27.5	Empréstimo compulsório.....	991
27.6	Efeitos prodrômicos e colaterais do crédito.....	992
27.7	Disciplina constitucional do crédito público. Menção a Alexandre Dumas e O Conde de Monte Cristo. Conceito. Hanna Arendt e a intervenção judia	993
27.7.1	Conceito	994
27.7.2	Normas gerais. Conceito	995
27.7.2.1	As disposições legais e sua aplicação a Estados e Municípios	997

27.8	O crédito público no ordenamento brasileiro. Crédito é receita?	998
27.9	A política de crédito. Justiça social	999
27.9.1	Responsabilidade do agente tomador da dívida	1002
27.9.2	Situação de crise	1002
27.10	Disciplina constitucional do crédito	1004
27.11	Nulidade do contrato.....	1007
27.11.1	Repúdio.....	1007
27.12	O crédito estadual, o municipal e o do Distrito Federal e a intervenção federal e estadual.....	1008
27.13	Garantias.....	1009
27.14	Controle, fiscalização e prestação de contas.....	1010
27.15	Extinção.....	1011
27.16	Execução	1012

28

DÍVIDA PÚBLICA E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

28.1	Dívidas externa e interna. O FMI.....	1013
28.2	O endividamento. Por que a dívida?.....	1016
28.3	Breve relato da dívida pública.....	1016
28.3.1	Breve história da dívida pública brasileira.....	1017
28.4	Dívida pública. O peso do Estado.....	1020
28.4.1	O peso da dívida. A dívida intergeracional.....	1022
28.5	Classificação da dívida	1025
28.6	O default ou o não pagamento da dívida. Repúdio. Consequências. O estado de exceção de Agamben.....	1027
28.6.1	O estado de exceção de Agamben.....	1029
28.7	Empréstimo obtido sem autorização legislativa.....	1032
28.8	Dívida pública arbitrária ou odiosa.....	1032
28.9	Democratização da dívida	1036
28.10	A denominada dívida perpétua	1036
28.11	Amortização	1037
28.12	Conversão	1038
28.13	Compatibilidade entre a competência da lei complementar prevista no art. 163 e a do Senado Federal disposta nos incisos V a IX do art. 52, todos da CF.....	1039
28.14	Contratos secretos. Foucault e a razão de Estado. A Lei nº 12.527/2011	1040
28.15	O empréstimo como ato simbólico. A parábola do artesão	1044
28.15.1	A parábola do artesão.....	1046
28.16	Prestação de contas. Intervenção federal e estadual	1046
28.16.1	Plano de refinanciamento de dívida de Estados e Distrito Federal e sua recuperação fiscal (breve análise das Leis Complementares nºs 156, de 28.12.2016, e 159, de 19.5.2017)	1047
28.17	O papel do Senado Federal no controle financeiro. Operação para antecipação de receita. Resoluções	1049
28.17.1	Os limites da dívida pública e das operações de crédito.....	1051
28.17.2	Redução da dívida a seus limites.....	1052
28.17.3	Operação de crédito para antecipação de receita	1052
28.17.4	Resoluções do Senado Federal	1053
28.18	Fiscalização de operações financeiras e sua tributação	1053
28.19	Garantias do crédito tributário. Vinculação de tributos para pagamento .	1054
28.20	O empréstimo público em Goethe	1056
28.20.1	O tema em Fausto, de Goethe.....	1056
28.20.1.1	Origem do mito	1056
28.20.1.2	A primeira parte	1056
28.20.1.3	A segunda parte.....	1057
28.20.1.4	O papel-moeda	1057
28.20.1.5	O lastro.....	1058
28.20.1.6	Dívida pública e garantia	1058
28.20.1.7	Interpretação	1059
28.20.1.8	Término.....	1059
28.20.1.9	“Posfácio” de Gustavo Franco.....	1059

28.20.1.10	O pacto e o Estado.....	1060
28.20.1.11	Fausto e o direito financeiro	1060
28.21	Perdão de dívida pública	1061
28.21.1	A Lei nº 9.665/1998	1061
28.21.1.1	Constitucionalidade da lei ou sua inutilidade	1061
28.22	Execução do contrato.....	1064
28.23	Extinção da dívida pública.....	1064
28.24	Princípios (regras) gerais de Direito incidentes sobre os débitos externos... 1065	
28.25	Requisitos e limites da operação externa de natureza financeira. Análise das resoluções do Senado Federal	1066
28.26	Operações de crédito interno.....	1070
28.27	Dos limites globais para o montante da dívida pública	1071
28.28	Autorizações para operações externas	1071
28.29	Diretrizes gerais para consolidação e reescalonamento das dívidas dos entes federativos e dos entes estatais	1073
28.30	Limites para prestação de garantias da União para operações de crédito externo e interno. O problema nos Estados e Municípios.....	1073
28.31	Limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária de Estados, Distrito Federal e Municípios. A EC nº 109/2021	1074
28.32	Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	1075
28.33	Lei complementar.....	1075
28.34	Eficácia dos títulos públicos como garantia de débitos. Títulos emitidos há longo tempo e sua validade. Possibilidade de penhora de seu valor....	1075

29

A LEI Nº 13.655/2018 (ACRESCENTA OS ARTS. 20 A 30 À LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO) E OS CRITÉRIOS DE INTERPRETAÇÃO (NO ÂMBITO DO DIREITO FINANCEIRO)

29.1	Introdução	1079
29.2	A realidade como critério.....	1079
29.3	A motivação	1080
29.4	Indicação dos efeitos produzidos pelo ato invalidado	1081
29.5	Proporcionalidade dos danos.....	1081
29.6	Interpretação sobre gestão pública	1081
29.7	Consideração sobre a realidade.....	1082
29.8	Sanções.....	1083
29.9	Consequências de nova interpretação.....	1083
29.9.1	Modulação dos efeitos	1084
29.10	Preservação de situações consolidadas	1084
29.11	Orientações gerais	1085
29.12	Convalidação.....	1086
29.13	Consultas públicas	1086
29.14	Responsabilidade do agente	1087
29.15	Normas gerais. Regulamentos.....	1088
29.16	As consequências para o Direito Financeiro	1089
29.17	O juiz e as normas sobre hermenêutica.....	1090

30

DIREITO E TEMPO

30.1	Introdução: o tempo mitológico. A eternidade. O tempo em Agostinho... 1093	
30.1.1	A eternidade.....	1093
30.1.2	O tempo em Agostinho.....	1094
30.2	O tempo na filosofia.....	1095
30.2.1	A distensão em Agostinho, Bergson e Heidegger	1096
30.3	O tempo no direito	1098
30.3.1	Criação e extinção de direitos.....	1098
30.3.2	Direito adquirido.....	1099
30.3.3	Razoabilidade da duração do processo.....	1100
30.3.4	O processo legislativo	1100
30.3.5	Os prazos	1101
30.4	Prescrição e decadência. Preclusão.....	1101

30.4.1	Direito potestativo.....	1102
30.5	O termo inicial e final dos prazos	1102
30.6	A segurança jurídica	1103
30.7	Conclusões.....	1103
31		
A VEDAÇÃO AO RETROCESSO NO DIREITO FINANCEIRO		
31.1	O problema do não retrocesso.....	1105
31.2	A discussão sobre os limites	1106
31.3	O que é avanço e retrocesso no direito.....	1107
31.4	Como o Direito Financeiro os garante?.....	1107
32		
O INVISÍVEL E O VULNERÁVEL NO DIREITO FINANCEIRO. A RENDA BÁSICA (EC N ^o 114)		
32.1	Introdução	1109
32.2	O indígena	1111
32.3	A mulher.....	1111
32.4	O negro	1112
32.5	O grupo LGBTQI+.....	1113
32.6	Os imigrantes	1113
32.7	O silêncio	1114
32.8	A proteção dos vulneráveis. A EC n ^o 114/2021	1114
32.9	As políticas públicas necessárias. O ser humano vivo no mundo	1116
32.10	A partilha orçamentária	1119
REFERÊNCIAS.....		1121
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		1141